

REVISTA QUAESTIO IURIS

EDITORIAL PARA O VOL. 14-3 (2021)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na Web of Science, de periodicidade trimestral, nesse volume 14, número 03, 2021, tem o prazer de informar que o artigo “Antropología jurídica” de Benjamín Rivaya, Catedrático de Filosofía do Direito da Universidade de Oviedo. Decano da Faculdade de Direito da Universidade de Oviedo entre 2012 e 2016, foi incluído no Repositório Institucional da Universidade de Oviedo, Espanha, em <https://digibuo.uniovi.es/dspace/handle/10651/56762>

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “O controlo do trabalhador em Portugal, à luz do Código do Trabalho português e do Regulamento Geral de Proteção de Dados”, de Susana Sousa Machado, Professora Adjunta no Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão / Politécnico do Porto, Portugal, Doutora em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha; de Patrícia Anjos Azevedo, Professora Adjunta Convidada no Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão / Politécnico do Porto, Portugal, Licenciada, Mestre e Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal e de Daniela Rodrigues, Licenciada e Mestre em Solicitadoria, Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão / Politécnico do Porto, Portugal.

O artigo “O controlo do trabalhador em Portugal, à luz do Código do Trabalho português e do Regulamento Geral de Proteção de Dados” versa sobre os meios de vigilância à distância e a sua relação com o tratamento dos dados pessoais dos trabalhadores, com especial relevo na geolocalização e a legitimidade da averiguação da atividade do trabalhador. Desde logo, temos formas de controlo, tais como a tecnologia por radiofrequência; os dados biométricos; o controlo de alcoolemia ou de substâncias psicoativas; o controlo médico no que respeita aos exames complementares e o controlo da utilização de meios eletrônicos, entre outros.

O objetivo é, precisamente, apresentar todas estas situações, bem como os limites ao poder de controlo que o empregador possui. É também digna de destaque a matéria do tratamento posterior dos dados pessoais pelo empregador obtidos através dos sistemas de controlo ao seu dispor.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 14, número 03, 2021, publicamos 15 (quinze) artigos inéditos, sendo 04 (quatro) artigos estrangeiros: o já citado “O controlo do trabalhador em Portugal, à luz do Código do Trabalho português e do Regulamento Geral de Proteção de Dados”, de Susana Sousa Machado, Professora Adjunta no Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão / Politécnico do Porto, Portugal, Doutora em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha; de Patrícia Anjos Azevedo, Professora Adjunta Convidada no Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão / Politécnico do Porto, Portugal, Licenciada, Mestre e Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal e de Daniela Rodrigues, Licenciada e Mestre em Solicitadoria, Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão / Politécnico do Porto, Portugal; “Breves reflexiones sobre las medidas de emergencia implementadas por algunos Estados y la vigencia de los Derechos Humanos (DDHH) ante el COVID-19”, de Maria Fatima Pinho de Oliveira, Especialista e Mestre em Direito Penal. Professora Associada do Departamento de Ciências Económicas e Administrativas da Universidade Simón Bolívar. Doutoranda na Universidade Latinoamericana do Caribe (ULAC); “La inserción de experiencias de educación no formal en dispositivos del sistema penal juvenil en Buenos Aires (Argentina)”, de Federico Eduardo Urtubey, Mestre e Doutor em Ciências Sociais (Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, UNLP). Docente regular das matérias Direito 1 e Direito 2 (FaHCE, UNLP). Pesquisador do Instituto de Pesquisas em Humanidades e Ciências Sociais da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação - Universidade Nacional da Plata (FaHCE-UNLP); “El bienestar subjetivo de los niños y adolescentes chilenos Implicancias jurídicas del ejercicio de los derechos de NNA: derecho a ser oído y cuidado personal”, de Yasna Elizabeth Otarola Espinoza, Doutora em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Chile.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um estudo denominado “Proxenetismo en Uruguay. Evolución socio – jurídica de la figura delictiva”, de Pablo Guerra, Professor em regime de dedicação exclusiva, Faculdade de Direito, Universidade da República. Pesquisador do Sistema Nacional de Pesquisas do Uruguai.

A monografia analisa a evolução socio-jurídica do proxenetismo no tratamento legislativo uruguaio. O primeiro ponto de partida é entender o cafetão como uma instituição particular do sistema de prostituição que, ao longo da história, teve diversos tratamentos.

Argumenta-se na monografia que é com os valores da modernidade que ocorre uma mudança de paradigma em que a acentuação passa da mulher que se prostitui para o homem que a prostitui. O segundo ponto de partida é compreender as estreitas ligações entre lenocínio, prostituição e tráfico de pessoas (ou tráfico de mulheres, como foi chamado na gênese da sensibilidade da modernidade), o que também se traduz em uma nova complexidade analítica do fenômeno.

Com base nas técnicas de análise dos documentos parlamentares da época, descobrem-se os argumentos que levaram a se legislar sobre a matéria desde 1889, e se estabelece uma tipologia em relação ao tipo de sensibilidade predominante, lembrando que o teor da lei 8.080 responde a uma sensibilidade típica do modernismo com influências do movimento abolicionista.

Em nossa Seção Ensaios publicamos 04 (quatro) ensaios, sendo 02 (dois) ensaios sobre políticas públicas raciais: “Teoria crítica racial e do direito: aspectos da condição do negro nos Estados Unidos da América” e “Lei de cotas e o ingresso de negros no ensino superior: o caso do curso de direito da UNIR”.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e professores estrangeiros, em um total de mais de 650 (seiscentos e cinquenta) pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota
Editor da Revista Quaestio Iuris